



o trabalhador
da CML

Trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa
LUTAM
Contra o desmantelamento de Serviços do Município de Lisboa
manutenção dos postos de trabalho e do serviço público de

Em defesa dos trabalhadores do município de Lisboa - 24 de Fevereiro -

Sobre o processo negocial com a CML

pág. 9

Greve Nacional na Administração Pública

pág. 15

Propaganda oficial desmentida pela realidade!

Entrámos num novo ano, carregado com as *inevitabilidades* do costume! Aos trabalhadores portugueses é-lhes exigido suportar os desvarios dos “senhores” que à frente dos grandes grupos económico-financeiros desbaratam as riquezas nacionais, há demasiado tempo, conseguindo impor a sua vontade e principalmente a defesa dos seus interesses, pela mão de um poder político corrompido e completamente à sua mercê. Ontem materializado pelo PS, hoje pelo PSD/CDS-PP, ficando o futuro por decidir pela vontade do povo português nas próximas eleições legislativas.

Até lá, continuamos a ser chamados a “contribuir” com uma parte (cada vez maior) dos nossos rendimentos coercivamente subtraídos, de forma a manter e a garantir os lucros de uns poucos. Através do governo e de uma política arbitrária, reduzem-se salários e pensões, aumenta-se e cria-se novos impostos (como esquecer a falácia da *fiscalidade verde*), destrói-se as funções sociais do Estado e encerra-se serviços públicos, possibilitando assim a exploração de áreas de interesse público pela gula do privado! Tudo em função de um caminho que supostamente nos levará à recuperação económica, ao progresso e ao bem-estar de todos...

Perante esta estratégia cínica, hipócrita e demagógica, será um verdadeiro incómodo para os nossos (des)governantes o alastrar da pobreza e da exclusão social, o aumento do desemprego e da emigração, ou o crescimento da dívida pública a par de um maior endividamento externo do país. Uma realidade objetiva que não deve seguramente interessar àqueles que fazem prognósticos tão favoráveis da realidade nacional, a mesma que está a ser reconstruída em tons idênticos aos do tempo que precedeu a revolução de 1974.

Contudo, do desejo à realidade *desta gente*, percorremos uma distância que é medida pela unidade consciente dos trabalhadores na luta que desenvolvem, seja no plano nacional ou em Lisboa. O ano de 2014 foi intenso no combate, nas manifestações, nas greves e concentrações, entre outras formas de protesto. Sabemos que não podemos nem devemos baixar os braços no ano que agora se inicia, porque as razões do nosso descontentamento aí estão à bater-nos à porta, a quer roubar-nos a dignidade e o futuro pelos mesmos de sempre.

Será este um dos motivos que justificará a intervenção do STML na sessão pública da Assembleia Municipal de Lisboa do próximo dia 24 de Fevereiro, denunciando e desconstruindo o “sucesso” de um processo de desmantelamento da Câmara Municipal. Também aqui, a propaganda oficial é desmentida pela realidade, a mesma que afeta os municípios e a nossa cidade,



mas também os trabalhadores que compulsivamente foram empurrados para fora da autarquia.

O STML está e continuará a estar atento ao processo de reorganização dos serviços municipais, onde a criação dos *serviços municipalizados* assume uma importância acrescida mas também preocupante. Não abdicaremos da luta em defesa dos interesses e dos direitos dos trabalhadores da CML, realidade que é indissociável da defesa de serviços públicos de qualidade enquanto direitos inalienáveis da população de Lisboa.

Reforçar o STML é um elemento determinante na força que queremos transmitir e nos interesses que queremos salvaguardar, só possível com mais sindicalização, mais ACEP assinados, mais unidade e confiança de todos os trabalhadores do município de Lisboa.

Unidos sempre fomos mais fortes e unidos devemos estar num ano que será certamente difícil. ■



Do discurso conciliador do presidente António Costa à realidade do dia-a-dia dos trabalhadores transferidos para as Juntas de Freguesia...

Durante o período que antecedeu a transferência de competências (com trabalhadores e meios materiais) da CML para as juntas de freguesia, ouvimos muitos discursos propagandísticos que agora a realidade vem desmentir claramente. Enquanto o STML defendia que a melhor forma de garantir os direitos e salvaguardar os interesses dos trabalhadores seria manter o seu vínculo à CML, os entusiastas desta transferência retorquiam, principalmente o presidente António Costa, que a única alteração de facto estaria no recibo de vencimento, que deixava de referir a CML enquanto entidade empregadora, e passaria a constar o nome da respetiva Junta de Freguesia. Afirmava ainda a pé juntos, que todos os direitos seriam salvaguardados.

Ao longo do último ano, foi possível ao nosso sindicato constatar e denunciar publicamente que afinal, a única alteração não se resumiu à questão do “recibo de vencimento”.

Na prática, verificou-se a diminuição dos rendimentos dos trabalhadores, considerando que em muitas juntas de freguesia eliminou-se o trabalho noturno. Somam-se ainda as práticas ilegais consubstanciadas no pagamento da 1.ª e restantes horas extra pelo mesmo valor.

Podemos lembrar outras transformações substanciais, nomeadamente, nas alterações ilegais de horários de trabalho, no não pagamento do trabalho extraordinário efetuado com carácter regular e permanente em caso de acidente ou doença profissional (apenas a JF de Campo de Ourique cumpre a lei nesta matéria). Verifica-se igualmente a não distribuição de fardamentos e EPI adequados, na limitação do gozo das folgas acumuladas, ainda com origem na CML, ou ainda no obstaculizar do livre exercício de direitos sindicais.

O STML tem denunciado igualmente, as consequências que este processo revelou para o emprego público e com direitos no município. São cada vez mais as juntas de freguesia que recorrem a recibos verdes e contratos de emprego e inserção (CEI) para fazer face às carências de pessoal. A precariedade parece ter-se tornado uma ‘palavra de ordem’.

Notámos ainda a falência de uma das garantias mais propagadas por António Costa na fase que antecedeu a concretização efetiva deste processo, concretamente a que referia que os trabalhadores a transferir, mantinham o «direito à opção pela utilização, em condições idênticas aos trabalhadores que permanecem na CML, dos serviços de medicina do trabalho da CML» (deliberação n.º 6/AML/2014).



Neste momento, apenas os trabalhadores de quatro juntas de freguesia têm garantido o acesso à Medicina do Trabalho. Na base desta ‘permissão’, reside um ‘protocolo de parceria’ celebrado entre estas juntas e a CML. Contudo, além do desconhecimento público sobre esta ‘parceria’, desconhece-se também qual a necessidade da sua existência face aos considerados aprovados em sede da Assembleia Municipal de Lisboa. Num segundo plano, podemos questionar os critérios que supostamente incluem umas juntas (apenas 4) e excluem outras (as restantes 20).

Face a estas incongruências difíceis de explicar, centenas de trabalhadores têm o acesso vedado a um serviço que é essencial para a sua saúde e integridade física.

Tem sido pelo acompanhamento do STML, é certo que ainda longe do que é necessário, que os problemas com os trabalhadores transferidos para as juntas de freguesia não se agravaram ainda mais.

Pela via institucional e oficial, mas também pelo diálogo informal com os responsáveis das Juntas, o STML tem procurado passar a mensagem que associa incontornavelmente Democracia e Sindicatos. Estes últimos e o nosso em particular, enquanto organizações constitucionais e socialmente reconhecidas na defesa dos interesses individuais e coletivos dos trabalhadores que representam.

Torna-se cada vez mais evidente que só atentos, unidos e interventivos, conseguimos combater e minimizar as desigualdades e injustiças, que resultaram da obstinação política de quem defendeu todo este processo. ■

O impasse na Junta de Freguesia de Benfica

O STML reuniu com a JF de Benfica no passado dia 12 de Janeiro. Uma reunião marcada pela ausência da respetiva presidente, que continua supostamente a desvalorizar este sindicato, provavelmente o mais representativo desta freguesia.

Contudo, à parte de comportamentos que apenas dirão respeito a quem os defende e pratica, o STML não deixou de aproveitar a oportunidade para colocar uma série de assuntos que têm preocupado os trabalhadores, quer das escolas, da piscina do Bairro da Boavista ou da limpeza urbana.

Ficámos a conhecer algumas das intenções da JF no que concerne aos problemas de falta de material ou da sua ineficácia, considerando o estado mais ou menos degradado com que inúmeros equipamentos e instrumentos fundamentais de trabalho foram cedidos pela CML. Um plano de investimento está em cima da mesa que o STML acompanhará seguramente de perto.

Num plano complementar, poderá ser que em 2015 os serviços públicos da Junta de Freguesia deixem de funcionar em autogestão, passando a ser acompanhados e orientados por quem de facto tem essa obrigação. Os respetivos trabalhadores ficarão seguramente mais descontentados se tal se concretizar de facto.

Sobre um dos assuntos mais importantes em discussão, nomeadamente a assinatura do ACEP, a JF de Benfica continua a protelar a sua assinatura. Apesar de referir no essencial, que em nada se opõe face ao conteúdo da proposta do STML, apresenta agora o 'diferendo' criado



pelo Governo, o Provedor da Justiça e o Tribunal Constitucional, para adiar a assinatura deste importante instrumento que salvaguarda importantes direitos dos trabalhadores.

Continuaremos obviamente a insistir nesta matéria, reconhecendo à partida que se trata de uma mera opção política da JF e nada mais. Comparando com outras realidades autárquicas, é bastante discutível a argumentação que apresenta a existência de constrangimentos oriundos de organismos externos à Junta de Freguesia numa decisão que lhe compete inteiramente. ■

Os problemas não se resolvem na Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica

O STML reuniu com a JF São Domingos de Benfica em Novembro passado, ficando o compromisso dos seus responsáveis em assinar o ACEP nas duas semanas seguintes. Passaram quase dois meses e pouco ou nada se avançou nesta matéria.

Sobre um dos problemas que mais tinta tem feito correr neste *Jornal*, mas também em alguns órgãos de comunicação social como no *Jornal o Público*, é o que se prende com os trabalhadores da Biblioteca-Museu República e Resistência. Desvalorizados pela CML e esquecidos pelo presidente da Junta de Freguesia, há muito que se encontram num limbo de inatividade, desespero e frustração.

O equipamento que a CML transferiu para a JF mantém-se praticamente desativado, elemento que nem o facto de ter as portas abertas ilude. Os trabalhadores aguardam há meses a resolução do seu problema que passa, impreterivelmente pelo seu regresso à CML, decisão que o vice-presidente desta autarquia não quer assumir, com o receio de serem criados precedentes difíceis de justificar no futuro.

Contudo, se a Junta de Freguesia não desenvolve as competências

atribuídas na área da cultura, pela utilização séria e responsável deste equipamento e dos trabalhadores que lhe estão adstritos, então faz todo o sentido que a CML decida fazer regressar à sua alçada, competências, equipamentos e trabalhadores que nunca deveriam ter saído num primeiro momento.

Este é um problema que urge resolver porque as pessoas não são descartáveis! São seres humanos, trabalhadores, que devem merecer todo o nosso respeito. Com este conceito, continuará a trabalhar o STML. ■

O exemplo que devemos valorizar!

No dia 21 de Janeiro o STML assinou com a Junta de Freguesia da Misericórdia o ACEP que garante importantes direitos aos trabalhadores desta freguesia. Além das 35 horas semanais, questões envolvendo a saúde e segurança no trabalho ficam salvaguardadas com a celebração deste importante acordo. Assinar o ACEP com TODAS as juntas de freguesia da cidade continua a ser uma das prioridades deste Sindicato! ■



STML reuniu com a Divisão de Manutenção de Espaços Verdes

No dia 13 de Novembro realizou-se um plenário nos contentores que servem de instalações aos trabalhadores dos espaços verdes do Campo Grande, inserido nas ações que marcaram o Dia Nacional de Luta e Protesto da CGTP-IN. Neste plenário, os trabalhadores evidenciaram, uma vez mais, o seu descontentamento e incompreensão pelo facto de as obras nas instalações estarem aparentemente concluídas, mantendo-se contudo encerrado este novo equipamento, sem que ninguém informe o porquê. Esta situação prolonga uma outra, que dura há mais de 3 anos, e que tem obrigado estes trabalhadores a manterem-se em contentores.

Criticou-se ainda a falta recorrente de fardamentos e outros equipamentos de proteção individual (EPI), num problema que é crónico a todo o setor profissional.

No seguimento deste plenário o STML solicitou uma reunião à DMEV, que se realizou no passado dia 7 de Janeiro, contando com a presença do Chefe de Divisão da DMEV.

O Sindicato foi informado que as **instalações do Jardim do Campo Grande** estão finalizadas, faltando adquirir mobiliário, além da certificação da instalação elétrica (trabalho a realizar pela empresa Sertiel, cuja contratação é da responsabilidade do DIEM).

Veremos o que sucede nas próximas semanas, não excluindo este sindicato realizar novos plenários e desenvolver com os trabalhadores as formas de luta que se considerem mais oportunas.

Nesta reunião, foram discutidos ainda, os seguintes tópicos:

- **Quinta Contador-Mor** - O problema na instalação elétrica está a ser analisado com o DIEM;
- **Quinta Conde D'arcos** - Estão a ser reparadas as estufas, estufins, abrigos e zona de envasamento em ruínas;
- **Quinta da Pimenteira** - A quinta vai ser aberta ao público, estando a ser realizadas obras no edificado como contrapartida da concessão;
- **Bela Vista** - Será realizada a reconstrução das instalações atuais, como contrapartida do *Rock in Rio*. Lembrou-se que o projeto inicial

foi rejeitado pela CML, estando neste momento a ser elaborado um novo.

● **Estufa-Fria** - Está a ser feito um projeto de consolidação do edifício e do muro, face ao risco de ruína destas Instalações.

● **Em outras instalações da Divisão de Jardins - Contador-Mor, Estrela, Parque Eduardo VII, Av. Índia** – O Chefe de Divisão está convicto que será possível avançar este ano com várias intervenções de manutenção, nomeadamente, pinturas interiores e exteriores e reparação das zonas exteriores.

● Sobre os **fardamentos**, o STML foi informado de que no início do ano passado foi distribuído o fardamento de verão - polos, calças, chapéus e casacos de chuva -, contudo, estão ainda alguns trabalhadores com peças em falta. Uma situação que se prevê solucionar dentro em breve.

Segundo o responsável desta Divisão municipal, existe um forte empenhamento do Vereador do Pelouro, apostando-se na qualidade dos fardamentos. Neste sentido, está já concluído o processo de aquisição, faltando apenas a respetiva cabimentação. Prevê-se que no 1º trimestre deste ano, sejam entregues as respetivas fardas. Foi ainda apresentada uma proposta de calças de chuva, complemento do último casaco entregue.

O STML alertou ainda para a questão das **botas de borracha**, praticamente todas danificadas. Fomos informados que se estava a equacionar a aquisição de um modelo com proteção em compósito (PVC) que são mais duradouras e leves, assim como luvas, calças e luvas de motosserristas.

No final da reunião foi fornecida ao Sindicato uma listagem da maquinaria a adquirir durante o ano de 2015. Neste contexto, foi lançado o *procedimento de aquisição*, que representará um investimento importante na qualidade do trabalho a desenvolver mas também na salvaguarda das condições de trabalho dos jardineiros municipais.

Porque lutar vale sempre a pena! ■



Os problemas que se resolvem na Limpeza Urbana e aqueles que é necessário continuar a acompanhar

As reuniões entre o STML e a Divisão de Limpeza Urbana (DLU/CML) têm mantido, ao longo dos últimos anos, uma regularidade positiva. Através destas reuniões tem sido possível dialogar e ultrapassar divergências, ter acesso a informação importante e resolver pontualmente questões levantadas pelos trabalhadores, que afetam não só o regular funcionamento do serviço, mas também a sua vida profissional e pessoal.

Assumindo que ainda existem assuntos por resolver, sobre os quais o STML continuará a intervir, aproveitamos agora para informar sobre as duas últimas reuniões com a DLU.

Problemas resolvidos.

- **Realização de trabalho nas Feiras:** Após a denúncia do STML sobre os trabalhadores da noite escalados para este serviço, a DLU decidiu que para o futuro, será apenas em regime de voluntariado. Caso não existam voluntários em número suficiente serão escalados apenas trabalhadores do período diurno.

- **Falta de fardamento:** A DLU informou que durante o mês de Janeiro, será entregue nos armazéns novos fardamentos ao armazém, além do fornecimento de mais peças de vestuário. O STML solicitou informação sobre o ponto de situação do fardamento para todas as categorias. [Informação já rececionada no Sindicato.]

- **Limpeza da “caldeirinha” [lago] na Ribeira das Naus:** A DLU adquiriu e distribuiu EPI's aos trabalhadores que limpam este espaço. Solicitaram ainda junto dos serviços de Saúde, Higiene e Segurança um relatório de avaliação de riscos implícitos a este trabalho. Solicitámos que oportunamente nos fosse enviado cópia do mesmo.

- **Férias dos contratados em regime de prestação de serviço [CPS]:** O Chefe da DLU informou que estes trabalhadores têm direito ao gozo de férias. Contudo, o seu gozo será negociado, de forma a equilibrar os períodos em que se concentram os maiores picos de férias.

Questões por resolver.

- **Reposição do reforço dos circuitos:** A DLU informou que o estudo sobre o reforço está quase concluído. Todavia, a sua aplicação só deve acontecer depois de Janeiro, caso o efetivo de Cantoneiros assim o permita;

- **Organização das férias da Garagem:** Os trabalhadores afetos a este serviço denotam algum descontentamento face à organização das suas férias. O STML exigiu que o modelo atual fosse discutido com os trabalhadores. A DLU demonstrou abertura para alterar o modelo, se for essa a sua vontade. Assumimos o compromisso de auscultar os trabalhadores do período diurno durante o mês de Janeiro.

- **Dispensas para convocatórias por parte da CML aos trabalhadores em período noturno:** No caso de serem convocados



para atos médicos, inquiridos, outras situações, a acontecer no período da tarde, o STML propôs que seja dada oportunidade de escolha ao trabalhador, isto é, ser dispensado da noite ou receber o tempo em horas.

- **Pagamento total dos 25% do serviço noturno a quem preste serviço à noite num mês completo:** A DGRH ficou de enviar diretrizes à DHU sobre a resolução deste problema.

- **Falta do trabalhador em horas extraordinárias quanto escalado:** A DGRH ficou de enviar diretrizes à DHU sobre a resolução deste problema que o STML continuará a acompanhar.

- **Dimensionamento dos novos circuitos de embalagens:** O STML propôs a avaliação e reajustamentos dos circuitos com a intervenção dos trabalhadores envolvidos.

- **Circuito I0502:** O STML tornou a mencionar a extensão exagerada deste circuito. A DLU irá analisar este e outros problemas semelhantes.

- **Equipamento (frigoríficos, secadores e máquina de lavar loiça) para os Postos de Limpeza:** O Chefe da DLU irá averiguar com o NGOC e com o Núcleo de Obras o ponto de situação sobre a aquisição destes equipamentos.

- **Reposição da porta de vidro na entrada da Garagem Olivais 3:** A companhia de Seguros não quer assumir o pagamento das despesas. O STML insistiu que a situação deve ser rapidamente resolvida.

- **Baratas no Posto de Telheiras:** Apesar da Divisão de Controlo Sanitário ter já atuado, o resultado foi ineficaz. O STML solicitou uma nova intervenção.

- **Alteração da disposição das “pegas” nas viaturas IVECO da 1ª serie:** Até agora apenas houve uma alteração numa viatura. As restantes intervenções já foram solicitadas ao DRMM.

Como facilmente se constata são mais as questões por resolver do que as resolvidas de facto. O STML continuará a insistir na procura de soluções válidas, seja através do diálogo ou da luta se necessário! ■

Apenas uma leve aparência com os acontecimentos de há quatro décadas...

Desde os idos anos 1970, que não se via no Regimento uma tão grande agitação, como se verificou neste Outono/Inverno. E isto porque ao longo dos anos, este e os anteriores executivos, liderados pelo Dr. António Costa, decidiram que a segurança dos munícipes era uma questão de somenos importância e foram ignorando ano após ano, os sucessivos alertas deste Sindicato.

Desde a falta de efetivos ao esvaziamento do quadro de chefes, provocada pela saída para a aposentação do pessoal de todos os postos, até à ausência total de manutenção dos atuais quartéis e a não existência de fardamento e de equipamentos de proteção individual, passando pelo envelhecimento do parque automóvel e a sua conseqüente redução, de todos estes e de outros problemas, fomos dando conta conforme iam surgindo.

A estratégia economicista da autarquia de redução de custos, "custasse o que custasse", como se a segurança das pessoas tivesse preço, levou ao desinvestimento em todos os setores/secções do RSB, pondo em causa a operacionalidade e a segurança tanto dos bombeiros como daqueles que é suposto socorrer-se.

As convulsões nos últimos meses foram crescendo em virtude das ações levadas a cabo pelos responsáveis políticos, o que originou uma onda de indignação e protesto envolvendo todos os bombeiros em todas as categorias. Tal levou à inédita situação de serem os chefes da Casa, a tomarem as "rédeas" apelando para uma concentração na Praça do Município onde estiveram bombeiros de todos os postos em número considerável, com o objetivo de apresentar ao executivo o atual estado do Regimento.

Por momentos ficou a sensação que estavam a repetir-se os acontecimentos de há 40 anos, quando os bombeiros sob a liderança de um Subchefe de 1ª Classe, assumiram o comando do Regimento, os motivos seriam certamente semelhantes aos atuais, os homens e o tempo é que eram outros. Parece contudo que "a montanha pariu um rato", uma vez que a concentração não teve o efeito pretendido. Na impossibilidade de serem recebidos pelo Presidente da autarquia ou pelo vice-presidente, por ausência de ambos, deu-



se a desmobilização "forçada" do pessoal. No dia seguinte os chefes decidiram levar a cabo novas ações, realizando uma série de vigílias na Praça do Município.

Também essas vigílias ficaram sem efeito, em virtude da autarquia, um dia depois, ter marcado uma reunião para duas semanas mais tarde. A estratégia do executivo resultou em pleno, uma vez que tudo e todos se aquietaram, dando origem à expectativa sobre quais seriam os resultados da reunião.

Da muito aguardada reunião com o vice-presidente Dr. Fernando Medina, os chefes saíram com uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma, passando a "bola" para as estruturas sindicais, ficando por esclarecer quais eram as reivindicações e quais foram alcançadas, para que de um momento para o outro tudo se aquietasse.

O Departamento de Bombeiros do STML fará como sempre fez a defesa dos interesses e vontades dos bombeiros, dando sempre a primazia ao diálogo e partindo para ações de luta quando este não surtir o efeito desejado.

É pertinente relembrar que os direitos sindicais que os Bombeiros Sapadores exercem atual e orgulhosamente, foram conquistados arduamente com o envolvimento e a intervenção do Sindicato que hoje é o mais representativo do município de Lisboa. Desvalorizar o papel do STML, é desvalorizar a capacidade de união e mobilização dos bombeiros, mas também do trabalho que se tem realizado, sério, responsável e conseqüente na resolução dos problemas que enfrentamos.

As convulsões que deram origem à revolta dos Bombeiros no Regimento na década de 70, em nada são comparáveis. Nessa altura não existia Sindicato e muito menos direitos sindicais. À época, o interesse de um bombeiro era o interesse de todos, hoje existe o interesse do coletivo, que este sindicato defende, alimenta e aprofunda contra os interesses individuais que muitas vezes coabitam no mesmo espaço. Protagonismos singulares que tentam falar mais alto, aliando-se a interesses políticos que nada beneficiam o Regimento como um todo. Resta saber se a "paz" é definitiva ou se é apenas uma trégua, com novos tumultos no horizonte. ■



Nas Oficinas do DRMM foi aberto um processo de inquérito às más práticas de gestão que marcaram os últimos anos deste importante serviço municipal

Se há matéria sobre a qual o STML se tem pronunciado repetidamente, é sem dúvida o mau funcionamento da oficina de manutenção e reparação mecânica e todos os serviços que a suportam. Desde sempre alertámos das mais diversas formas para as constantes falhas que afectam este importante sector da CML. Onde são, ou deveriam ser reparados todos os veículos da frota automóvel de ligeiros e pesados da Câmara Municipal.

Denunciámos as situações que os trabalhadores verificam diariamente, na Assembleia Municipal e em sessão de Câmara mais que uma vez. Realizámos vários plenários dentro e fora das instalações do DRMM, exigindo condições para que os trabalhadores possam desenvolver a sua actividade. Foram os trabalhadores através da sua luta que impediram a despromoção de Departamento para Divisão, tentada na última reestruturação de serviços pela mão de António Costa.

A falta de investimento generalizado tem conduzido a uma situação caótica no funcionamento deste serviço. A falta de pessoal especializado devido à não contratação, e o recurso a trabalhadores desempregados ao abrigo do contrato emprego-inserção, são alguns dos problemas que o Sindicato tem denunciado exigindo a sua resolução.

Depois de tantas ações e tantas denúncias, o executivo camarário assumiu agora o compromisso da abertura de vários concursos de ingresso para diversas áreas operacionais da oficina. A contínua saída de operários altamente especializados para a aposentação é outro problema grave, que significa o desperdício de um capital de conhecimento acumulado que deixa de ser transmitido aos novos e jovens trabalhadores.

A deficiente gestão do *stock* de peças, é outra deficiência que causa a paralisia da oficina. A falta de formação profissional ministrada aos trabalhadores do DRMM tem sido impeditiva de uma maior ca-

pacidade de resposta face à inovação constante que se verifica nas viaturas adquiridas. Verifica-se ainda atrasos incompreensíveis nas obras que são necessárias realizar no âmbito da reparação de viaturas movidas a gás (GNC), além de outras intervenções que têm como objetivo melhorar as condições de Saúde e Segurança no Trabalho.

A falta de capacidade de resposta do DRMM tem contribuído para um número cada vez maior de viaturas de remoção de resíduos sólidos a circularem sem condições de segurança. Por outro lado, constata-se a reparação no exterior, também de um número crescente de viaturas. Reparações que podem e devem ser realizadas nas oficinas municipais. Referimo-nos aos casos de colocação de lâmpadas ou calços de travões, ou ainda mais grave, na saída de viaturas acompanhadas das peças novas para substituição (!), havendo trabalhadores disponíveis e qualificados na oficina que podem realizar este trabalho tão bem ou melhor.

Mais uma vez os trabalhadores e o Seu sindicato estiveram (e continuam a estar) na vanguarda da luta em defesa deste importante serviço municipal. Relembramos que no plenário realizado a 13 de Novembro do ano passado, aprovou-se uma **Resolução** na qual se denunciava o funcionamento caótico e recorrente deste sector, exigindo-se à CML a assunção das medidas necessárias à resolução de todos os problemas há muito conhecidos. O STML na última intervenção na sessão de Câmara de 26 de Novembro e nas reuniões que se lhe seguiram, exigiu respostas concretas à tomada de posição dos trabalhadores e a resposta da CML, através do Vereador responsável, Duarte Cordeiro, passou pela abertura de um inquérito interno ao funcionamento do DRMM, com a responsabilidade da instrução do processo a ser da responsabilidade dos Recursos Humanos. Aguardamos o seu desfecho, esperando que as suas conclusões estejam de acordo com os interesses dos trabalhadores e do serviço público que importa, hoje mais do que nunca, salvaguardar. ■



Sobre o processo negocial em curso com a CML

Em Novembro do ano passado, a intervenção do STML em sessão pública de Câmara obrigou os responsáveis desta autarquia a calendarizar uma série de reuniões com vista à resolução dos problemas que afetam os trabalhadores, aqueles que se encontram na Câmara Municipal mas também os que foram transferidos para as Juntas de Freguesia. Damos conta neste artigo, do teor discutido nas reuniões já realizadas.

A 5 de Dezembro:

Com o vice-presidente Fernando Medina e a diretora Municipal dos Recursos Humanos, foram tratados assuntos do RSB, nomeadamente sobre mobilidade intercategorias; formação; pagamento em função dos cargos desempenhados; prevenções em casas de espetáculo; aquisição e reparação de viaturas; aquisição de farda (n.º1) e fardamento para a prática desportiva, além do problema das obras em quartéis. Desta reunião foi celebrada um ata já do conhecimento público.

A 10 de Dezembro:

Com o vice-presidente Fernando Medina e o vereador Duarte Cordeiro, foram discutidos os assuntos da reorganização dos serviços municipais e da eventual criação dos serviços municipalizados. Sobre este último tópico, decorre um “estudo de viabilidade económica” cujas conclusões serão apresentadas oportunamente.

Debateu-se ainda a admissão de pessoal para diversas áreas operacionais, concretamente, de cantoneiros, tratadores-apanhadores de animais, coveiros, montadores-eletricistas, calceteiros, limpa-coletores, condutores de máquinas e veículos especiais e motoristas de ligeiros.

No contexto das intervenções e obras nos postos de limpeza, a CML ficou de enviar um plano de investimento prioritário para o corrente ano.

Sobre a nomeação de Chefias na DMAU, será aberto um processo de seleção interno, com critérios definidos e a composição de um júri para esse efeito.

No plano da *Resolução* aprovada pelos trabalhadores do DRMM, foi-nos comunicado a instauração de *inquérito* à gestão e organização do trabalho que se tem vindo a efetuar neste Departamento. Será ainda lançado no 1º trimestre as empreitadas de ampliação das oficinas, de instalação de rede elétrica, permitindo a reparação das viaturas movidas a GNC, e os melhoramentos adicionais nos balneários/vestiários e na estação de lavagem. Está ainda previsto no Orçamento verbas para a resolução dos problemas envolvendo a emissão do CAM.

O STML lembrou o compromisso acordado em Junho de 2014, sobre o pagamento do trabalho extraordinário aos trabalhadores de baixa por acidente de trabalho e doenças profissionais. A CML ficou de analisar e resolver este assunto. O Sindicato propôs ainda que fossem revistos os valores dos Contratos de Prestações de Serviços existentes, calculados com base no novo valor do SMN (€ 505,00).

Sobre as folgas acumuladas e por gozar dos trabalhadores transferidos para as juntas de freguesia, o vereador Duarte Cordeiro comprometeu-se a acelerar o processo de negociação com as Juntas, de forma a garantir os direitos dos trabalhadores.



Nestas duas reuniões não foi possível tratar todos os assuntos pertinentes. No momento em que escrevemos este artigo está agendada para dia 29 de Janeiro uma nova reunião da qual daremos conta oportunamente.

O que devemos considerar neste momento.

Não colocando em causa a sua necessidade e importância, estas reuniões vêm confirmar que os direitos conquistados, mesmo salvaguardados em ata, só se concretizam se houver um permanente e atento escrutínio por parte dos trabalhadores e do seu Sindicato.

Direitos conquistados pelo resultado inegável da luta efetuada, desde a Greve de 12 de Junho do ano passado, à *Resolução* aprovada em plenário (DRMM), ao plenário geral nos Paços do Concelho ou pela entrega de vários abaixo-assinados. Só assim temos força para o executivo a sentar-se à mesa das negociações, permitindo a defesa dos interesses dos trabalhadores do Município de Lisboa.

Neste caminho devemos prosseguir, valorizando o já alcançado, face à concretização de alguns dos compromissos assumidos pelo executivo municipal, como a admissão de pessoal, a conclusão de obras de melhoramento, a transferência de trabalhadores para novas instalações, ou o pagamento de verbas devidas aos trabalhadores.

Contudo, e porque existem ainda muitos problemas por resolver, não excluímos recorrer a todas as formas LUTA que se consideram necessárias à defesa dos nossos direitos e da nossa dignidade.

Em relação à reestruturação de serviços anunciada e a criação de Serviços Municipalizados, há uma questão prévia que o STML coloca com toda a firmeza: este processo não poderá materializar qualquer situação que envolva a mobilidade especial/requalificação. Assim que nos forem apresentados detalhadamente os respectivos projectos, discutiremos, como sempre o fizemos, com os trabalhadores e conforme a decisão conjunta assim nos pronunciaremos. ■

STML irá intervir na Assembleia Municipal de competências da CML p

O ano de 2014 ficou marcado pela transferência de equipamentos e trabalhadores da Câmara Municipal para as juntas de freguesia de Lisboa. Um processo que teve na sua origem uma reforma administrativa da cidade que extinguiu, reorganizou e criou novas freguesias ao arpejo da vontade popular, consubstanciando uma deliberação política arbitrária, que desprezou posteriormente os interesses e as aspirações dos trabalhadores diretamente envolvidos, mas também de todos aqueles que vivem, trabalham ou visitam Lisboa.

António Costa surge como o grande ideólogo deste projeto, unindo vontades e esforços dos partidos do “arco da (des) governação”, isto é, do PS e PSD.

A 21 de Janeiro de 2014, é aprovada na AML a *proposta nº 4/CML/14* que delibera formalmente a transferência dos meios necessários às novas competências atribuídas às juntas de freguesia. Fica assim traçado um plano que se concretizou ao longo dos seis meses seguintes e que esvaziou consideravelmente a Câmara Municipal de recursos humanos, meios técnicos e património.

Os efeitos deste processo começaram a sentir-se pouco tempo depois. Em fins de Março, já com cerca de mil trabalhadores da CML distribuídos pelas 24 juntas de freguesia, os serviços municipais da recolha de resíduos, da limpeza urbana entretanto desmantelada, entravam em rutura quase total. Dos trabalhadores transferidos compulsivamente contavam-se cantoneiros, a esmagadora maioria, mas também

auxiliares de ação educativa, técnicos de natação e auxiliares de serviços gerais, entre outras categoriais profissionais.

É contudo na limpeza da cidade que mais se evidencia as consequências deste projeto condenado à partida. Só com a luta travada em Junho, a CML admite a necessidade de contratar mais trabalhadores para colmatarem as vagas deixadas em aberto por aqueles que foram para as juntas de freguesia. Incongruências? Para o presidente da CML, não! António Costa acha que tudo corre bem...

Mas os problemas originados por este projeto não se verificaram apenas no seio da Câmara Municipal. Em muitas juntas de freguesia, contrariando o que foi aprovado na AML em termos de direitos e garantias dos trabalhadores, muitas são aquelas que não hesitam em ofender e unilateralmente condicionar os que agora se encontram sob sua responsabilidade.

Da JF de Santa Clara, à de Marvila, passando pela JF das Avenidas Novas, da Estrela, de Benfica ou São Domingos de Benfica, multiplicam-se os casos em que a intimidação, a chantagem, o clima de repressão e o medo instalado, demonstram inequivocamente de que forma trabalham os respetivos executivos.

Paralelamente aprofunda-se uma prática materializada numa interpretação da lei normalmente contra os interesses dos trabalhadores. Destaca-se por exemplo os tópicos dos seguros de trabalho, da organização do serviço e dos horários de trabalho, do acompanhamento em caso de acidente



De Lisboa fazendo o balanço da transferência para as Juntas de Freguesia



e respetivo pagamento de salários mais os complementos remuneratórios, do gozo de folgas e de férias (matéria que a CML não está isenta de responsabilidade), entre outros casos bichudos que o STML irá continuar a acompanhar.

Também na qualidade e eficácia do serviço público prestado aos fregueses, se evidenciam problemas que não podem ser esquecidos, sem contudo notar a existência de realidades bem distintas em função da freguesia considerada. Neste sentido, percebemos e criticamos os preços diferenciados no acesso a instalações desportivas, definidos pela condição de residente ou não residente na freguesia. Constatção que contraria o 'prometido' pelo presidente da CML.

Por outro lado, aprofundam-se os estudos que visam a concessão de serviços públicos a empresas privadas - envolvendo equipamentos e espaços públicos-, algo que todos afirmavam não ir acontecer. Estas decisões serão prejudiciais para os munícipes e trabalhadores, como a história das experiências público-privadas está farta de nos provar.

O aumento da precariedade é outra das consequências deste projeto. Na incapacidade demonstrada pelas juntas de freguesia em responder qualitativa e quantitativamente às novas responsabilidades atribuídas, recorre-se à contratação de trabalhadores a recibos verdes, ou a trabalhadores desempregados através dos contratos de emprego-inserção. Homens e mulheres com direitos e salários bem diferentes daqueles que têm um vínculo de trabalho efetivo. Homens e mulheres cujas expectativas sairão frustradas apesar de ocuparem postos de trabalho de caráter permanente.

Muitos outros assuntos poderiam ser aqui referidos. Todavia, no **dia 24 de Fevereiro, a partir das 14h30 na Assembleia Municipal de Lisboa**, envolvendo os trabalhadores das freguesias mais problemáticas, o STML não deixará de denunciar perante o executivo municipal e todos os presidentes de junta, todos os problemas que afetam trabalhadores, munícipes e a própria cidade.

Na força da nossa união, a garantia dos nossos direitos! ■

Marcha Nacional da CGTP-IN culmina com uma grande manifestação junto à Assembleia da República!

Trabalhadores, jovens, desempregados, reformados e outras camadas da população participaram, no dia 25 de Novembro, na caminhada que uniu Moscavide a São Bento, inserida na Marcha Nacional da CGTP-IN.

Foram cinco dias de luta dos trabalhadores e população que, de norte a sul do país, mostraram a sua total indignação para com esta política de direita do Governo PSD/CDS que só explora e empobrece o país.

Cinco dias de luta intensos e de enorme envolvimento dos trabalhadores contra o Orçamento do Estado para 2015 que não traz nenhum alívio para as nossas famílias, pelo contrário, acentua as desigualdades entre pobres e ricos.

Ao mesmo tempo que PSD e CDS-PP aprovavam o Orçamento do Estado para 2015, muitos foram os milhares que na Assembleia da República rejeitaram a política e este governo, exigindo a sua demissão!

Os milhares de pessoas que se juntaram em frente ao parlamento gritaram palavras de ordem como «é urgente e necessário o aumento dos salários», «do público ao privado é roubo descarado» e «desemprego em Portugal é vergonha nacional».

Arménio Carlos participou nesta iniciativa que foi expressão de

descontentamento e de indignação contra a política que persiste em atacar direitos, liberdades e garantias laborais e sociais.

O secretário-geral da CGTP-IN afirmou que “sentimos em todo o país um grande apoio aos objetivos desta jornada de luta, traduzida numa exigência de valorização dos trabalhadores”, salientando que a dignidade dos idosos é também um dos objetivos desta luta pela rutura com a política de direita.

No seu discurso aos manifestantes, afirmou ainda que “basta de truques baixos, para fazerem despedimentos encapotados”, acrescentando que “basta de corrupção, seja dos vistos *gold* ou do caso dos submarinos, punido na Alemanha e abafado em Portugal”. Reafirmou que “basta desta política e deste governo, suportado por um Presidente da República que em vez de defender a Constituição, se comporta como um dos seus maiores adversários, ao promulgar os sucessivos orçamentos feridos de inconstitucionalidades”.

Terminou a sua intervenção convocando todos os portugueses a unir esforços contra a coligação de interesses políticos, dando ainda uma palavra de esperança, afirmando que “há alternativa e que o país tem futuro”. ■



Plenário Nacional de Sindicatos da CGTP-IN

A CGTP-IN realizou, no dia 8 de Janeiro, nas instalações da Associação de Comerciantes de Lisboa, o Plenário Nacional de Sindicatos. Uma reunião que teve casa cheia com Dirigentes e Delegados sindicais provenientes de todos os sectores da atividade económica nacional, mas também da administração pública, central, regional e local.

Do balanço realizado às perspetivas e exigências de luta que o tempo atual nos impõe, que obriga a uma maior e mais eficaz intervenção do movimento sindical unitário, muitas foram as intervenções que deixaram bem presente os caminhos que é imprescindível continuar a trilhar.

Refere-se na **resolução** aprovada por maioria e aclamação que no «início de 2015 o país está mais pobre, as desigualdades e as injustiças sociais agravaram-se. A política de direita constitui a causa dos graves problemas económicos, sociais e políticos que o país tem vindo a enfrentar ao longo de mais de três décadas, dela resultando a imposição de medidas ditas de “austeridade” nos últimos quatro anos (PEC e memorando de entendimento).»

O país atravessa «uma prolongada situação de estagnação e retrocesso económico», sendo esta política ainda responsável pela «destruição de uma parte significativa do tecido produtivo.» Por outro lado, apesar da política arbitrária de sacrifícios, cresce «desmesuradamente a dívida pública e privada», tornando-se Portugal «num país cada vez mais dependente economicamente do exterior e mais fragilizado na sua soberania.»

Crítica-se ainda o «criminoso programa de privatizações de empresas das áreas financeira, da indústria e dos serviços, com os resultados desastrosos que se conhecem para o desenvolvimento do País», associando as «medidas anti-laborais e anti-sociais inscritas no OE para 2015 (em acréscimo às já verificadas nos últimos OE), a par de outras malfeitorias», como os «bloqueios à actualização dos salários e a reintrodução do congelamen-

to e cortes de salários na Administração Pública», enquanto «exemplos de uma política que persiste em violar a CRP e é contrária aos interesses dos trabalhadores e das trabalhadoras, do povo e do país.»

Mas o governo não se fica por aqui e prevê despedir «mais de 12 mil trabalhadores» na administração pública, num processo em que se aprofunda a «destruição dos serviços públicos» e a «transformação do Estado, visando a sua conversão num Estado assistencialista e caritativo.»

Neste cenário, a CGTP-IN considera essencial, entre outras matérias, «consolidar a presença e afirmação dos sindicatos nos locais de trabalho, através da iniciativa, alargamento da sua capacidade de organização, intervenção e influência junto dos trabalhadores e trabalhadoras, condição necessária para a dinamização geral da acção reivindicativa, factor de participação e unidade de todos os trabalhadores para desenvolvimento da luta pelos salários e melhorias das condições de trabalho.»

É neste enquadramento geral que o STML encara o ano de 2015! Estaremos nos locais de trabalho e na luta por uma vida melhor! ■



Trabalhadores da administração local na vanguarda da luta nacional

No início do mês de dezembro, concretamente no dia 4, os trabalhadores da administração local saíram à rua num protesto poderoso contra a política do governo e em especial visando o secretário de Estado da Administração Pública que mantém em suspenso a publicação de todos os acordos celebrados entre as autarquias e os sindicatos da CGTP-IN, STAL e STML.

Os ACEP assinados, maioritariamente através do STAL com Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia do país, a que se somam os celebrados pelo STML com a CM de Lisboa e algumas juntas de freguesia da cidade, garantem a manutenção das 35 horas semanais, impedindo assim a imposição das 40 horas como é intenção do governo.

O que está em causa, não é um mero procedimento burocrático – a publicação em Diário de República – mas um problema político que este governo criou ao arrepio da Constituição da República no que diz respeito à autonomia e independência do poder local democrático.

Este famigerado governo, pela mão do seu secretário de Estado, recusa-se a aceitar que os trabalhadores, através dos seus legítimos representantes, e as autarquias de norte a sul do país, decidam como bem entendem matérias que só ambos dizem respeito, nomeadamente sobre a organização e duração do trabalho.

É verdade que na cidade de Lisboa, os trabalhadores da Câmara Municipal ou aqueles que foram compulsivamente transferidos para as juntas de freguesia, continuam a realizar as 35 horas semanais sem problemas de maior. Contudo, as ameaças que pairam no ar não nos devem deixar demasiado desconfiados. Sabemos que este governo não olha a meios para atingir os seus fins.

O envolvimento do Provedor da Justiça demonstra isso mesmo, numa estratégia falhada do governo que apenas tinha e tem como objetivo protelar a publicação dos ACEP. O Provedor da Justiça não tem poder vinculativo sobre qualquer matéria da administração pú-



blica, podendo apenas emitir pareceres com base na legislação em vigor e no atual enquadramento constitucional. Todavia, este governo pretendeu atribuir-lhe uma pseudo capacidade deliberativa no propósito de mascarar a sua própria essência anticonstitucional e como tal, antidemocrática.

Não estamos por isso, perante um problema legal sustentado numa espécie de entendimento divergente da legislação e dos preceitos constitucionais. Estamos sim, perante um problema estritamente político da única e exclusiva responsabilidade do governo.

Foi contra a arbitrariedade desta política e contra um governo ilegal e ilegítimo, que milhares de trabalhadores da administração local saíram à rua no dia 4 de Dezembro, provenientes dos quatro cantos do país. É certo que da Câmara Municipal de Lisboa e das Juntas de Freguesia da cidade, não houve um envolvimento como o que seria de esperar, resultado da impossibilidade do STML em realizar atempadamente reuniões e plenários com os trabalhadores, esclarecendo e mobilizando para a luta que é essencial continuar a desenvolver.

A melhor forma de defender os nossos direitos é exercendo-os, dando força aos ACEP assinados, exigindo e lutando simultaneamente pela sua assinatura nas juntas de freguesia onde tal ainda não se verificou. É o que continuaremos a fazer. ■

Sindicatos da Administração local, STML e STAL, realizaram semana de luta!

As direções do STML e do STAL convocaram os seus ativistas sindicais para uma ampla participação na semana de luta, que decorreu de 26 a 30 do passado mês de Janeiro, junto do Ministério das Finanças. A ação teve como objetivo central exigir a publicação dos acordos coletivos (ACEP) que consagram horário semanal das 35 horas, ilegalmente bloqueados pelo Governo há mais de um ano.

Durante as concentrações diárias junto do Ministério das Finanças, os trabalhadores das autarquias manifestaram igualmente o seu repúdio e condenação às políticas anti laborais e antissociais inscritas no Orçamento do Estado de 2015.

Esta ação deu continuidade à intensa luta que tem sido desenvolvida pelos trabalhadores da administração local e que já contou com várias iniciativas em defesa da contratação coletiva e da Autonomia do Poder Local.

Serviu ainda para denunciar a retórica eleitoralista do Governo e as medidas cosméticas que, falseando a realidade do país, pretendem criar a ilusão de um alívio na situação das famílias e de uma recuperação da economia.

Na realidade, a generalidade dos portugueses continuam a pagar mais IRS e mais IVA, associando a introdução da «Fiscalidade Verde» que fez aumentar os impostos sobre combustíveis rodoviários, gás e outros produtos essenciais.

Mantêm-se ainda, na Lei do OE-2015, os cortes nos subsídios e nos salários, o congelamento das carreiras, as escandalosas reduções do pagamento do trabalho extraordinário, redução dos dias de férias e roubo dos feriados.



Indiferente ao cenário de devastação social e económica que marcará indelevelmente a actual legislatura, a coligação PSD/CDS-PP pretende continuar a sangria de trabalhadores na Administração Pública, enviando novos contingentes de funcionários para a chamada «requalificação».

Prossegue ainda a política de destruição de serviços públicos, seja através do encerramento direto, seja pela retirada de meios indispensáveis ao seu bom funcionamento, seja ainda pela sanha privatizadora que tem devorado valiosas empresas públicas em sectores chave da vida do País, de que são exemplo a água e o ambiente.

Estes processos verificam-se tanto ao nível dos serviços da administração central como em grande parte das autarquias, sujeitas à asfixia financeira e a imposições governamentais que violam a sua autonomia constitucional.

Este ataque ao Poder Local é feito nomeadamente através do *Fundo de Apoio Municipal* [FAM], instrumento que agrava o roubo às populações, mediante a imposição de aumentos de taxas e tarifas e redução de serviços e emprego público, esvaziando as competências dos órgãos municipais e impedindo as autarquias de defenderem democraticamente os interesses das populações que os elegeram.

Face à situação calamitosa do País, os Sindicatos da Administração Local consideram imperioso garantir a derrota do atual Governo e assegurar uma verdadeira mudança de políticas, que promova o desenvolvimento económico e social de Portugal.

A luta dos trabalhadores da Administração Local continuará:

- Pelo aumento de salários, descongelamento das carreiras e reposição de direitos;
- Pela defesa do emprego e do emprego com direitos e da dignificação dos trabalhadores;
- Pela manutenção das 35 horas para todos e a publicação imediata dos ACEP que as consagram;
- Pelo emprego com direitos e admissão nos quadros de pessoal dos trabalhadores precários, desempregados em programas de ocupação e em estágios que desempenhem funções de carácter permanente;
- Pela garantia do acesso universal a serviços públicos essenciais e da sua prestação com elevados padrões de qualidade;
- Pela defesa da autonomia do Poder Local Democrático, com garantia dos recursos humanos e financeiros correspondentes às necessidades das populações;
- Pela derrota dos partidos do atual Governo e das políticas de direita nas próximas eleições legislativas, e por uma verdadeira mudança na governação do País, assente nos valores de Abril e nas conquistas alcançadas com a Revolução. ■

OPORTUNIDADE DE MUDAR (se te deixarem...)

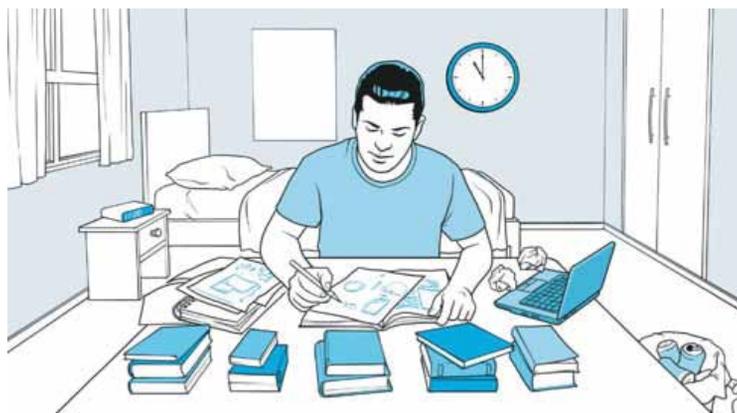
O STML tem recebido várias queixas de trabalhadores que, depois da rocambolesca transferência de equipamentos e trabalhadores para as Juntas de Freguesia, têm verificado impedimentos vários no sentido de mudarem de serviço no universo da Câmara Municipal e das Juntas.

Ora, esta situação, tem como justificação a futura “reestruturação” que a autarquia se prepara para fazer, sem data anunciada.

É por demais sabido que, durante o processo de transferência de valências e trabalhadores para as Juntas, o DMRH impediu quem quis mudar de serviço, alegando esse mesmo motivo. Se então esta medida já era muito questionável, agora, a nova justificação de alguns superiores hierárquicos é sintomática do desnorte que tem caracterizado esta autarquia nos últimos anos. Mais uma vez a reestruturação está a ser feita de cima para baixo, ou seja, com o total desrespeito por quem trabalha, muitas vezes, a primeira “cara” da Câmara Municipal ou da Junta de Freguesia junto de municípios ou fregueses.

Consideramos inteiramente legítimo a aspiração dos trabalhadores em procurar melhores condições para a sua vida profissional e pessoal, investindo nesse propósito e a suas expensas, em formação superior que lhes permite, pelo menos em teoria, desempenharem funções com outra preparação e qualidade, que seguramente as autarquias não dispensam.

O que parece ser mais “chato” para as chefias hierárquicas e responsáveis políticos, principalmente da Câmara Municipal, é terem que permitir a adaptação do trabalhador a uma nova carreira profissional, que obriga ao pagamento do correspondente e acrescido salário. É assim mais fácil e



muito mais barato ter um trabalhador competente, situado numa carreira inferior mas com habilitações superiores.

Lutar pela evolução na carreira profissional é um direito do qual não abdicamos, por muitas *teses das inevitabilidades* que possam pairar no ar. No essencial, estamos perante meras opções políticas e onde existe uma opção, existe sempre uma alternativa: desrespeitar os trabalhadores ou defender os seus interesses! O STML opta pela segunda, como sempre o fez ao longo da sua história e continuará a pressionar os responsáveis da CML ou das Juntas de Freguesia, para que as expectativas dos trabalhadores sejam inteiramente correspondidas. ■

Greve Nacional da Administração Pública a 13 de Março

Os trabalhadores da Administração Pública, como todos os trabalhadores deste país têm razões de sobra para continuarem a luta contra o governo PSD/CDS. Continuamos num caminho onde domina a política neoliberal, de ataque aos direitos e rendimentos de quem trabalha, mas também na destruição dos serviços públicos essenciais, como o Sistema Nacional de Saúde, a Escola Pública e a Segurança Social.

Apesar da retórica governamental sobre um pretenso fim da austeridade, o Orçamento de Estado para 2015, o primeiro após a saída da *troika* estrangeira de Portugal, mantém a mesma linha de roubo aos rendimentos dos trabalhadores da Administração Pública, refletindo-se na continuação dos cortes salariais, no congelamento de aumentos e promoções, além de manter o pagamento do trabalho extraordinário por metade do valor estabelecido na Lei de Trabalho em Funções Públicas (LTFP) e no Código de trabalho. Neste cenário, conjuga-se a brutal carga de impostos (IRS, IVA, IMI a agora a “fiscalidade verde”), incidindo sobre os salários em geral que, ao contrário do IRC cobrado às empresas (a decrescer), se mantém em valores insuportáveis.

O aumento da jornada de trabalho para 40 horas semanais, a eliminação de feriados e a redução dos dias de férias, é outra forma de desvalorização salarial para os trabalhadores do setor público. No caso do aumento para 40 horas semanais, a LTFP prevê a sua redução, através da

negociação colectiva, com a celebração de Acordos Colectivos de Empregador Público (ACEP. No caso da Administração Local, respeitando a sua autonomia, não é admissível a posição do governo que exige a participação nas negociações através do Secretário de Estado da Administração Pública. Os ACEP, livremente negociados e assinados pelos sindicatos e as autarquias devem ser imediatamente publicados.

O congelamento de admissão de pessoal tem conduzindo à rutura de inúmeros serviços públicos, situação que é agravada com o envio de trabalhadores para a mobilidade especial / requalificação (até agora na administração pública central). O que se constata inegavelmente é a vontade do governo em avançar com despedimentos, mais 12 mil segundo os últimos dados, intenção que foi inclusivamente confirmada pela inarável ministra das Finanças na última semana de Janeiro.

O recurso aos trabalhadores desempregados, através dos contratos emprego-inserção (CEI) demonstra igualmente a estratégia deste moribundo governo. Mais de 30 mil trabalhadores ao abrigo dos CEI ocupam postos de trabalho permanente sem perspectivas de verem a sua situação contratual regularizada. Ao fim de 12 meses regressam à sua condição de desempregados. O que se comprova insofismavelmente é que há falta de recursos humanos na administração pública e nunca o oposto, como afirma o governo.

Por outro lado, a alteração profunda das condições da aposentação, tem levado a reduções nas pensões de reforma, materializando autênticos roubos! No final de uma vida de trabalho, somos confrontados com valores miseráveis.

Estes são apenas alguns dos motivos que justificam inteiramente uma luta nacional dos trabalhadores da Administração Pública – Central, Regional e Local. Nesse sentido a Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública, decidiu convocar uma **greve nacional** para **dia 13 de Março**, na qual todos os trabalhadores do setor público devem aderir manifestando o seu profundo desagrado com o rumo que nos têm imposto. É preciso começar a recuperar os cerca de 25% de poder de compra perdidos ao longo dos últimos três anos e meio. É preciso travar os despedimentos que se pretendem fazer! É preciso dizer **BASTA!** ■



O PLURALISTA ANTÓNIO COSTA

Entre o faz isto e aquilo e o não faz isto nem aquilo está António Costa, o atual secretário-geral do PS e presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Ou seja, com Costa parece haver muito de tudo, mas logo se percebe que o que há efetivamente é uma mão cheia de nada. Sobretudo quando se pretende perceber se é candidato a primeiro-ministro para produzir uma rutura com a política de direita ou se pretende apenas mudar a clientela.

Olhando para a nossa Câmara e para a sua liderança por cá, pensamos ter resposta para a dúvida. Costa não parece talhado nem disponível para governar à esquerda. É político para fazer crer que sim, dar a imagem de pluralista, de dialogante mas, erradamente, fazer aquilo que qualquer outro político de direita faria. Repare-se no modo como promoveu a “reforma administrativa” da cidade ou tem levado a cabo as reestruturações dos serviços. No possível fim da sua passagem por cá teremos uma Câmara Municipal de Lisboa mais ineficaz, mais fragilizada e menos operante na sua relação com as necessidades dos munícipes e cidadãos de Lisboa. Os apoiantes de Costa responderão que, agora, há juntas de freguesia com poderes alargados; mas, não estaremos a replicar na maioria dessas estruturas o pior da CML, nomeadamente a burocracia e o distanciamento na relação com os munícipes quando, no passado, as juntas significavam precisamente aproximação?

A versão pluralista de António Costa na liderança do PS começou logo com uma aproximação a um grupo de dissidentes do Bloco de Esquerda. Cá para fora saiu a mensagem da rutura com a política de direita de PSD e CDS. Pouco depois, Costa havia de enaltecer uma solução de bloco central, apenas se dissociando de Passos e de Portas, mas abrindo caminho a uma solução governativa se as lideranças nos partidos de direita mudarem.

Com todos e sem exceções, bradou Costa. Encetou reuniões com todo o espectro partidário português, da esquerda à direita. Quer ouvir todos e pensar com todos uma solução para Portugal. Mas, pergunta-se, o que é que cada um dos partidos ouviu de Costa? E como pode haver caminho para um entendimento à esquerda sem



cortar com a direita?

O Costa pluralista quer agradar a gregos e troianos com o olhar numa maioria absoluta. Vai piscando o olho a alguma esquerda, repetindo a estratégia que encetou na Câmara de Lisboa – parece já ter no bolso alguma dela – não vão os resultados das legislativas necessitarem de um pequeno amparo. Se alguma coisa falhar e uma vitória distante da maioria absoluta assim o exigir, Costa enceta a via da direita (fazendo a vontade a Cavaco).

Em suma, o que interessa a Costa senão o poder? Que significa todo este pluralismo senão uma manobra política? Em síntese, quando é que António Costa abre o jogo e diz ao que vem e para onde quer ir? Suspeitamos, mas gostaríamos de o ouvir, sabendo que não o vai dizer.

Costa e o PS sempre fizeram parte do jogo da alternância a que o nosso país está sujeito há quase quatro décadas e não vão executar uma política de esquerda porque simplesmente nunca o fizeram. Está na altura de deixarmos de ser ingénuos e fazer avançar este país com uma política alternativa, de facto de esquerda e de facto soberana. ■



TRIBUNA PÚBLICA PELO DIREITO A TRABALHAR COM VIDA PESSOAL E FAMILIAR!

A INTERJOVEM, a Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens da CGTP-IN e a Inter-Reformados promoveram, no dia 10 de Dezembro, uma Tribuna Pública sob o lema “Direito a Trabalhar com vida Pessoal e familiar”.

Esta iniciativa de rua que se enquadrou no âmbito do “Ano Europeu da conciliação entre a vida profissional e a vida familiar”, pretendeu trazer para a praça pública experiências e relatos de casos reais de ataques patronais ao direito de conciliação trabalho/família.

A Rua do Carmo foi palco de diversos testemunhos, de homens e mulheres que falaram da angústia e a injustiça que sentem nas suas vidas ao verem negado aos filhos e netos um direito elementar como é o direito a conciliação do trabalho com a vida pessoal e familiar.

Foi ainda aprovado um manifesto que reivindica “UMA POLÍTICA DE CONCILIAÇÃO ENTRE A VIDA PROFISSIONAL E A VIDA PESSOAL E FAMILIAR”. Destacamos alguns dos seus pontos-chave:

- Promoção do emprego estável e com direitos, com formas de organização do tempo de trabalho favoráveis ao exercício das funções parentais e respeitadoras da saúde, nomeadamente através da manutenção das 35 horas de trabalho semanal na Administração Pública.

- Defesa e efetivação do princípio de salário igual para trabalho igual, combatendo todas as formas de discriminação e desigualdade salarial existentes entre mulheres e homens.

- Aumento geral dos salários e das pensões para promover uma mais justa distribuição da riqueza.

- Combate à precariedade do emprego e à subcontratação, sempre na perspetiva de que a posto de trabalho permanente deve corresponder um vínculo de trabalho efetivo.

- Combate ao despedimento ilegal de trabalhadoras grávidas, puérperas e lactantes e a reposição da sua proteção acrescida, em caso de inclusão em despedimento coletivo ou noutros tipos de despedimento.

- Promoção da plena igualdade de direitos entre mulheres e homens no exercício das suas responsabilidades parentais e incentivo à partilha destas responsabilidades.

- Garantia de atribuição de proteção social a todas as mulheres e homens desempregados que tenham cessado as respetivas prestações.

Intervenção atempada e eficaz das autoridades inspetivas



competentes.

- Reposição da universalidade do abono de família, enquanto direito das crianças e jovens.

- Pagamento de 100% da licença por risco específico (atualmente é 65%) e o pagamento a 100% dos 150 dias do subsídio inicial de parentalidade, independentemente de haver ou não partilha dos pais.

- Pagamento a 100% da licença de parentalidade, independentemente da sua duração e da forma de partilha do respetivo gozo escolhida pelos progenitores.

- Possibilidade de compatibilizar as férias de pais com filhos menores, com as pausas escolares, por via da negociação e da contratação coletiva, mesmo que trabalhem em empresas ou serviços diferentes, de modo a partilharem a vida familiar por mais tempo.

- Criação e reforço de infraestruturas sociais de apoio, públicos, de qualidade e a preços acessíveis.

A direção nacional da Interjovem/CGTP-IN decidiu avançar em 2015 com uma campanha nacional contra a precariedade, inserida a partir dos sindicatos, de denúncia, esclarecimento e luta.

A Interjovem/Lisboa e o STML realizarão durante o mês de Fevereiro várias ações em torno dos problemas dos jovens trabalhadores do município, sobre as quais daremos nota na

próxima edição do nosso jornal. O caminho será contudo de uma crescente mobilização, visando uma grande participação de jovens na **Manifestação Nacional de Jovens Trabalhadores** em Lisboa no dia 28 de Março. ■



Espaço dos Aposentados

Direito a trabalhar com vida pessoal e familiar



As três organizações específicas da CGTP-IN (CIMH, Inter-Reformados e InterJovem) organizaram, no dia 10 de Dezembro, a acção pública «Direito a trabalhar com vida pessoal e familiar», enquadrada no âmbito do “Ano Europeu da conciliação entre a vida profissional e a vida familiar”.

Decorreu na movimentada Rua do Carmo, onde se juntaram muitos trabalhadores e reformados para ouvir relatos de casos concretos de ataques patronais ao direito de conciliação entre a vida profissional e a vida familiar, bem como resultados positivos da resistência dos trabalhadores que exigiram o cumprimento dos seus direitos.

Foi uma forma diferente de abordar este tema tão silenciado, mas que afecta profundamente a vida de muitas famílias. Também aqui os reformados do STML não deixaram de estar representados.

2011-2014 – A “austeridade”, suas consequências e suas vítimas

- No emprego

Os últimos dados do INE revelam que o desemprego voltou a aumentar. A taxa (oficial) de desemprego foi de 13,9% em Novembro de 2014 com mais 17.400 de desempregados do que em Outubro e o emprego caiu em cerca de 3 milhares apenas num mês. Acrescem os 330 mil desencorajados, os 232 mil sub-empregados, os que foram forçados a emigrar – 350 mil entre 2011 e 2013.

Os trabalhadores desempregados, ou com emprego precário são, muitas vezes, filhos e netos de reformados. Quando lhes é negado o emprego, são ainda as nossas pensões que têm de prover ao seu sustento.

- Na saúde

A grave situação nas Urgências Hospitalares e a deterioração da prestação dos cuidados de saúde resultam dos sucessivos cortes orçamentais, do encerramento de serviços de saúde primários, da insuficiência de profissionais, do recurso a empresas de trabalho temporário.-

A sucessão de tragédias pessoais a que assistimos recentemente é a consequência de uma opção ideológica e estratégica deste Governo, que tratando a saúde como um mero negócio, promove deliberadamente a degradação SNS, com vista à sua destruição em benefício do sector privado.

Muitos reformados contam-se entre as primeiras vítimas desta política inaceitável que põe em risco a vida das pessoas.

- Nos salários

Entre 2011 e 2014, o poder de compra dos trabalhadores do setor privado, resultado da redução dos salários, do aumento de impostos e da subida dos preços registou uma perda de 11,5%. Para os trabalhadores da Administração Pública, no mesmo período, a perda foi ainda mais grave - 22,1%.

Em 2015, apesar da redução em 20% no corte das remunerações, o poder de compra destes trabalhadores continuará inferior ao que tinham em 2010, em 21,4%.

Os baixos salários de hoje vão implicar ainda mais magras pensões de reforma no futuro.

- Nas pensões

Aos reformados foi retirada uma parte significativa do seu rendimento, pelos roubos nas Pensões, nos Subsídios de Férias e de Natal, pela redução das prestações sociais, do agravamento da tributação fiscal e imposição de novas taxas sobre as pensões.

A queda do poder de compra dos aposentados da CGA, entre 2010 e 2014, foi de 2,6 a 33,2%. Só em 2014, o montante do que foi roubado aos aposentados, ascendeu a 1.160 milhões€.

- **Em suma**, da política de austeridade resultou um país mais pobre, mais desigual e mais injusto. E não é o abrandamento, em ano eleitoral, do assalto aos bolsos dos reformados, que altera este quadro negro. Só uma mudança de Governo (e de política!) o pode vir a transformar. Compete-nos prosseguir a denúncia e punir democraticamente os responsáveis por tais políticas socialmente criminosas.

Ação Sócio Cultural

No dia 14 de Janeiro a Comissão de Reformados visitou o Museu da Cidade/Palácio Pimenta. Infelizmente não pudemos ver algumas das salas, por se encontrarem para manutenção, mas as que percorremos, sob a orientação de Mário Nascimento, revelaram-nos muito da diversidade histórica da cidade de Lisboa. ■



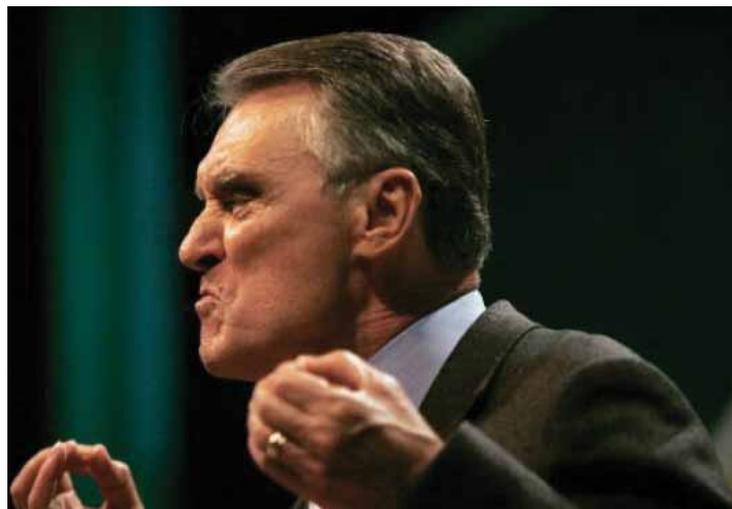
As mensagens de Passos e Cavaco, duas faces da mesma moeda

O Natal e a entrada do Ano Novo ficaram marcados, no plano político, pelas mensagens de Passos Coelho e Cavaco Silva. Não que qualquer delas tivesse conteúdo digno de nota. Antes pelo contrário. Ambas significam apenas aquilo que sabemos desde há mais de três anos: Passos e Cavaco estão sincronizados, são duas faces da mesma moeda, com o mesmo sentido retórico, com os mesmos laivos de hipocrisia e calculismo político.

Passos veio anunciar, ao jeito da “boa nova” tão consentânea com a quadra, “o início de uma nova fase”, ou não estivéssemos a pouco mais de meio ano de eleições legislativas. Cavaco alinhou pela “preocupação eleitoral”, mas surgiu num papel aparentemente mais cauteloso, recomendando aos partidos “cuidado com o que prometem”. Foi mais um exercício de hipocrisia de Cavaco, onde se sublinhou a legitimidade democrática dos atores políticos com vista a separar ‘a política de direita’ (aquela que sempre preconizou e apoiou) daquilo que, nas entrelinhas do seu discurso, se percebeu serem “as promessas da esquerda” (na sua opinião, “demagógicas e sem sentido de responsabilidade”).

Antevendo uma derrota histórica, a direita, através de Cavaco e Passos começa a acentuar o discurso de campanha. Simultaneamente, Cavaco, percebendo e antecipando os resultados, fala do valor da estabilidade, do dia seguinte às eleições, das dificuldades que ainda aí estão e do muito que há a fazer logo a seguir a setembro ou outubro de 2015. Em suma, voltando à ideia de separar o trigo do joio à maneira de Cavaco, o presidente da República apela desde já a um bloco central, isto é, uma coligação pós-eleitoral entre os tais “partidos do arco da governação” – PS, PSD e CDS. “Só no dia a seguir às eleições se constroem soluções governativas estáveis”, disse.

Passos Coelho avançou já para um discurso marcadamente eleitoralista. Fazendo tábua rasa de todos os malefícios feitos aos trabalhadores, ao povo e ao País, anunciou “uma fase de crescimento, de aumento do emprego e de recuperação dos rendimentos das famílias”. Ao falar de crescimento e emprego ocultou a invenção pelo seu governo do fenómeno de “falso emprego” – aquele que insere como empregados os estagiários. Mesmo assim, na reta final do ano, os números do próprio governo vinham a apontar para um aumento do desemprego. Onde



está afinal o crescimento propagandeado pela direita?

Se ao “falso emprego” acrescentarmos uma outra característica deste estratagema – que é o baixo custo do preço do trabalho – percebemos que o que está em causa é alicerçar a economia portuguesa e a criação de postos de trabalho na base da semiescavidão. Ou seja, trabalho sem direitos e pago abaixo do salário mínimo nacional (já de si vergonhoso). Os Contratos Emprego-Inserção, como assim são oficialmente chamados, revelam-se uma das maiores falácias de que há memória em Portugal e acarreta perigos vários para os trabalhadores por se tornarem instrumentos de exploração bastante atrativos para os empregadores, comparativamente aos contratos de trabalho efetivos e regulados pela lei.

Quanto à recuperação dos rendimentos das famílias, Passos volta a mentir. O Orçamento do Estado para este ano dá com uma mão e tira com a outra. No fundo, recuperam-se uns tostões mas o IRS logo trata de os sonegar. É uma espécie de ilusionismo que serve para tapar o sol com a peneira em pleno ano de eleições. No fundo, a mesma política de sempre. Com o beneplácito habitual do presidente da República. ■



DIA INTERNACIONAL DA MULHER



Como já é habitual, o STML irá dedicar o dia 6 de Março às comemorações do Dia Internacional da Mulher – 8 de Março (este ano num domingo).

À semelhança de anos anteriores, propomos às trabalhadoras da Câmara Municipal, das Juntas de Freguesia e das Empresas Municipais, um espetáculo no **Cinema de São Jorge** com início previsto às 10h00.

Além do convívio musical, teremos igualmente como convidados as representantes da CGTP-IN e da União dos Sindicatos de Lisboa que, com a responsável pela Área da Igualdade do STML farão breves introduções relembrando a importância deste Dia na vida das mulheres em geral e das trabalhadoras do município de Lisboa em particular.

O ano de 2015 tem um carácter especial. Comemoramos 40 anos de celebração em liberdade do Dia Internacional da Mulher! Um dia que não é apenas mais uma data do calendário, e muito menos se limita à mera homenagem da mulher. É, antes de tudo, um dia de luta onde se exige direitos e salários iguais para a mulher trabalhadora, além de oportunidades análogas face ao homem.

Num país onde a mulher ainda é prejudicada em todas as dimensões da sua vida pelo simples facto de ser mulher, não podemos desvalorizar a comemoração de um marco histórico no processo da sua libertação emancipadora, através da conquista progressiva de direitos sociais, políticos e económicos, materializados no texto constitucional português após a revolução do 25 de Abril de 1974. Contudo, dos direitos consagrados à realidade do dia-a-dia, separa-nos por vezes uma barreira difícil de superar, mas de todo reversível.

Por isso afirmamos que além de uma comemoração, é simultaneamente um dia de luta, se considerarmos que os nossos Direitos têm sido atacados e subtraídos, a níveis sem precedentes no Portugal de Abril, pela mão de um governo antissocial que teima em nos empurrar para um passado sem futuro.

Exigir e exercer os nossos direitos é a melhor garantia para a sua defesa e por isso é importante marcar presença neste dia que é o TEU, que é o NOSSO, o Dia Internacional da Mulher Trabalhadora!

Para as mulheres trabalhadoras do município de Lisboa – CML, Juntas de Freguesia e Empresas Municipais -, haverá dispensa ao abrigo da lei sindical das 8h30 às 13h00. ■

Protocolos do STML

- | | | |
|--|--|---|
| <ul style="list-style-type: none">• ISEC - Instituto Superior de Educação e Ciências
Para os nossos associados, cônjuges e descendentes em 1.º grau:<ul style="list-style-type: none">- 10% de desconto nas propinas;- 12% de desconto na propina da licenciatura em Gestão Autárquica.• ISLA - Instituto Superior de Línguas e Administração• ISG - Instituto Superior de Gestão• IPES - Instituto Português de Estudos Superiores• IESC - Instituto de Estudos Superiores de Contabilidade• Escola Superior de Educação João de Deus | <ul style="list-style-type: none">• ISTECS - Instituto Superior de Tecnologias Avançadas• COFAC - Universidade Lusófona<ul style="list-style-type: none">- Instituto Superior de Humanidade e Tecnologia de Lisboa- Instituto Superior Politécnico do Oeste- Instituto Superior D. Dinis- Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes- Escola Superior de Educação Almeida Garrett• Lancaster College• Universidade Lusíada• Teatro da Cornucópia | <ul style="list-style-type: none">• Viaggiatore - Companhia de Lazer e Turismo• Millenium BCP• ENAL - Escola Nacional de Automobilismo• Mind - Project - Psicologia, Psicoterapia e Medicina• MACIF - Companhia de Seguros• Aldeamento Turístico de Palmela• Viagens FALCON• BP• Optimus• Vodafone• NOS ■ |
|--|--|---|